

MERCADO, CLIMA E ELEIÇÕES

*** Roberto Rodrigues**

O ano de 2010 começou com sérias dificuldades para o agronegócio brasileiro, em várias frentes.

O cenário econômico não é muito positivo em função de diferentes fatores, com ênfase para o câmbio. A forte valorização do real frente ao dólar já tirou competitividade de produtos importantes para nossa pauta de exportações, como as carnes. Safras grandes de soja nos Estados Unidos, Brasil e Argentina são uma ameaça para os preços. Especulação global também perturba a remuneração do café, que neste ano tem safra cheia. Entre os produtos de exportação, o açúcar ainda será bom no primeiro semestre, graças à seca de 2 anos seguidos na Índia, que saiu do mercado; e o suco de laranja pode ter uma recuperação por causa do frio intenso na Flórida. Mas ambos os produtos, cana-de-açúcar e laranja, vêm de 2 a 3 anos de preços abaixo do custo, de modo que a recuperação sequer recompõe as perdas.

No sul, a tragédia urbana das inundações teve reflexos brutais também na área rural, com grandes perdas para os produtores de arroz.

Mas é na frente política que as ameaças são mais marcantes. Isto porque os riscos de mercado e os climáticos são inerentes à atividade agropecuária, nossos produtores estão calejados com seu enfrentamento e vêm lutando para mitigá-los, com o seguro rural.

Na área política, uma legislação nova que discrimina o setor rural pode ter efeitos negativos muito mais prolongados, senão permanentes.

É que 2010, ano de eleição, começou com a ressaca do Decreto sobre Direitos Humanos, publicado pouco antes do Natal, e que coloca a atividade rural em condições piores que antes.

Com uma coleção de mais de 500 temas tratados, o decreto mostra claro preconceito contra o agronegócio, ao sublinhar que este setor não pode oprimir o pequeno e o médio produtor rural.

Ora, preconceito é fruto de desinformação, de ignorância ou de coisas piores, como o revanchismo, a idiosincrasia e o ressentimento. Estão eles por trás desta questão? Há erro mesmo no conceito do agronegócio: ele é a soma das cadeias produtivas cuja coluna dorsal é a atividade rural. E o que é uma cadeia produtiva neste caso? É o conjunto de atividades realizadas por todos os atores envolvidos: começa na pesquisa, passa pelo segmento dos insumos (sementes, corretivos, fertilizantes, defensivos), dos serviços (crédito, seguro, assistência técnica, planejamento), pela atividade produtiva (do plantio à colheita) e pelo pós-colheita (transporte, armazenagem, industrialização, embalagem, distribuição). Portanto, uma cadeia produtiva do agronegócio começa na prancheta de um pesquisador e termina na gôndola do supermercado. E todos os seus agentes, sejam eles pequenos, médios ou grandes, pertencem ao agronegócio. Sendo assim, como oprimiria o pequeno? Estaria oprimindo a si próprio. O exemplo mais claro desta questão é o cooperativismo: nas cooperativas agropecuárias estão pequenos, médios e

grandes, com a característica de que estes últimos são a força dos primeiros. Não há opressão, ao contrário, há complementação e ajuda mútua.

Em outro trecho, o decreto pede mais fiscalização na pesquisa e produção de biotecnologia e nanotecnologia. Ora, o Brasil já tem uma lei de biosegurança moderna, onde estão mecanismos eficientes de fiscalização, como o CTNBio e o Conselho de Ministros. Para que mais fiscalização?

E por último, mas não menos complicado, o decreto trás a proposta de criação de uma instância anterior à reintegração de posse dada por juízes após invasão de terras: uma audiência na qual invasores e invadidos devem se entender. Para que outra instância, que seguramente vai atrasar os processos e aumentar a insegurança no campo? Segurança jurídica e direito de propriedade são direitos humanos e garantidos pela Constituição e pela ONU. E isso cria um precedente perigoso para outros crimes.

Estas questões estão sendo vigorosamente debatidas e terão que passar pelo Congresso Nacional antes de se transformar em legislação mandatória. Mas o sinal está dado, em um ano eleitoral muito importante, quando serão eleitos não apenas um novo presidente e novos governadores, mas também uma parte do Senado, toda a Câmara dos Deputados e as Assembléias Legislativas nos Estados.

A busca frenética por votos não ensejará medidas de apoio à parcela menor da população brasileira, que é rural: será dirigida à população urbana, majoritária.

Portanto, mais que com o mercado e o clima, precisamos estar atentos ao processo eleitoral. Precisamos de muita união para eleger representantes legítimos, sobretudo para os parlamentos. E precisamos convencer os irmãos urbanos que o apoio deles é igualmente fundamental: sem uma agropecuária forte, não haverá segurança jurídica e desenvolvimento sustentável para o nosso país.

Assim informados, os consumidores ajudarão a eleger para o executivo e o legislativo aqueles que realmente defenderão o desenvolvimento do Brasil.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**